

Seminário

“O serviço público que queremos”



DESMONTE DO ESTADO: A EC95/2016 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Max Leno de Almeida

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Contextualização

Contextualização

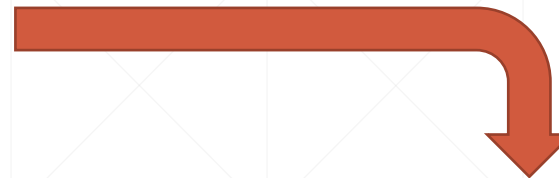
Desmonte do papel social do Estado



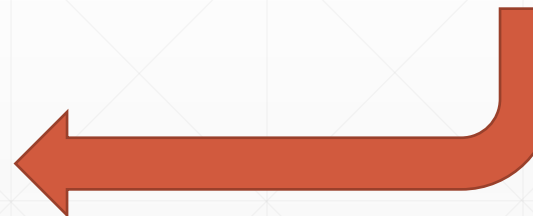
Reforma da Previdência
Altera as regras de acesso e remuneração da previdência pública (PEC 287)



EC do Teto
Novo Regime fiscal que limita os gastos públicos com políticas sociais (Em dezembro de 2016)



Lei da Terceirização
Retira restrições sobre o trabalho temporário e terceirização (Em março de 2017)



Perdas de direitos sociais

Reforma Trabalhista
Altera a CLT precarizando as relações de trabalho (Em julho de 2017)

EC 95

ASPECTOS GERAIS

Linhas gerais – EC 95/2016

- ✓ Estabelece o “Novo Regime Fiscal” por 20 exercícios financeiros (com início em 2017 e possibilidade de alteração a partir do 10º exercício da vigência) ficando a despesa primária limitada ao valor referente ao período imediatamente anterior, corrigida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) (não revoga LRF);
- ✓ Promessa de controlar a dívida pública, reduzir o déficit fiscal, retomar a confiança, os investimentos e o crescimento da economia por meio de redução do Estado;
- ✓ Defende a ideia de insustentabilidade das contas públicas com base, apenas, no crescimento das despesas primárias (Orçamento Fiscal (OF) e Orçamento da Seguridade Social (OSS) sem as despesas financeiras);
- ✓ A aprovação da EC95/2016, alterou de forma decisiva o contrapeso entre a LRF e a Constituição Federal de 1988, em detrimento das responsabilidades sociais.

EC 95

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS E ASPECTOS ECONÔMICOS

PLOA 2018

Parâmetros 2017-2018

Parâmetros	2017	PLOA 2018
PIB real (%)	0,5	2,0
PIB Nominal (R\$ bilhões)	6.637,2	7.137,9
IPCA acum (%)	3,7	4,2
IGP-DI acum (%)	-0,4	4,5
Taxa Over - SELIC Média (%)	10,2	8,0
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	3,2	3,4
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	51,4	51,6
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	937,0	969,0
Massa Salarial Nominal (%)	4,0	5,7

Fonte: SPE/MF.
Elaboração: SOF/MP.

PLOA 2018 – Mensagem modificativa






Itens	2017	2018		
	Rel. Aval. 4º Bim	PLOA	Mensagem Modif.	Relatório Focus
PIB (R\$ bilhões)	6.637,2	7.137,9	7.130,4	-
Crescimento Real do PIB (%)	0,5	2,0	2,0	2,5
IPCA Acumulado (%)	3,5	4,2	4,2	4,0
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	3,18	3,38	3,29	3,24
Taxa de Juros Selic (Média)	10,0	8,0	7,25	6,88
Crescimento da Massa Salarial (%)	4,7	5,7	6,1	-
Salário Mínimo (R\$)	937,0	969,0	965,0	-
Reajuste do Salário Mínimo (%)	-	3,42	3,00	-

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bim./2017, PLOA 2018, Mensagem Modificativa e relatório Focus do Banco Central de 27/10/2017.

Projeções do Banco Central

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

24 de agosto de 2018

	2018				2019				2020		2021	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%) 	4,11	4,15	4,17	▲ (1)	4,10	4,10	4,12	▲ (1)	4,00	≡ (60)	3,92	▲ (1)
IPCA (%) últimos 5 dias úteis 	4,10	4,15	4,16	▲ (1)	4,11	4,13	4,10	▼ (2)	4,00	≡ (60)	3,79	▼ (1)
PIB (var. %) 	1,50	1,49	1,47	▼ (1)	2,50	2,50	2,50	≡ (8)	2,50	≡ (26)	2,50	≡ (76)
CÂMBIO (R\$/US\$) 	3,70	3,70	3,75	▲ (1)	3,70	3,70	3,70	≡ (5)	3,68	▲ (1)	3,75	≡ (3)
SELIC (% a.a.) 	6,50	6,50	6,50	≡ (13)	8,00	8,00	8,00	≡ (32)	8,00	≡ (58)	8,00	≡ (60)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição ≡ Estabilidade
em relação ao Focus anterior

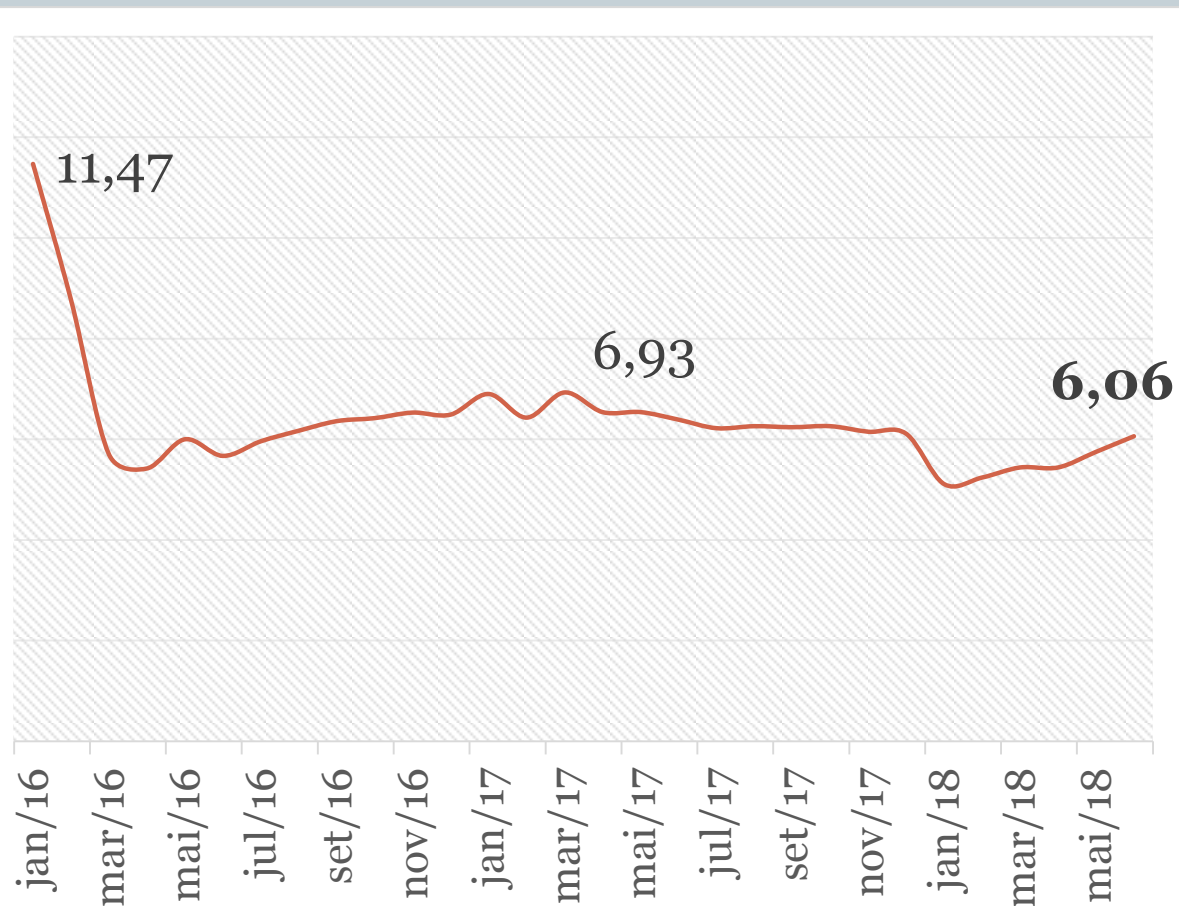
Pretensão do governo: Resgatar o terceiro elemento do “tripé macroeconômico”

Metas de Resultado Primário

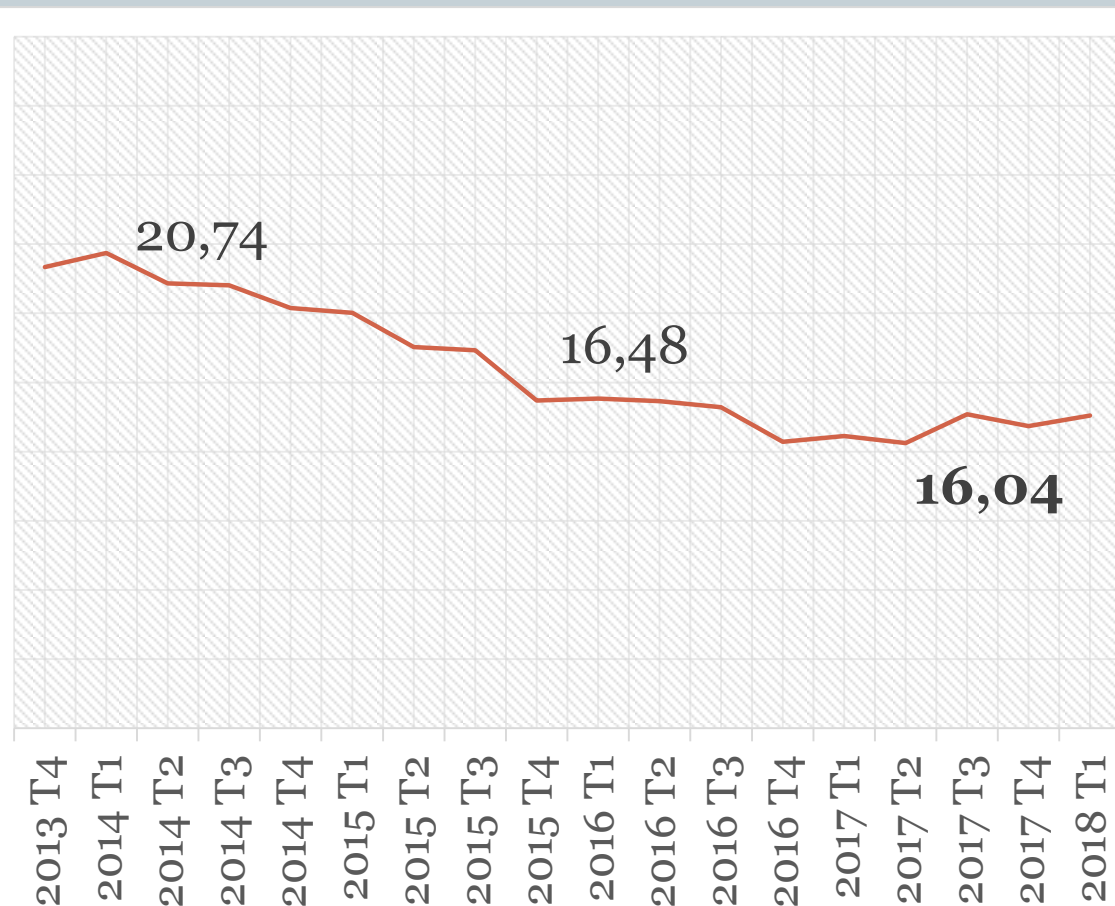
Item	R\$ bilhões		
	2018	2019	2020
Resultado Primário do Setor Público	(131,3)	(63,8)	23,2
Governo Central	(129,0)	(65,0)	10,0
Estatais Federais	(3,5)	(3,5)	(3,4)
Estados e Municípios	1,2	4,7	16,6

Impactos dos juros na dívida pública e no investimento

- Percentual do PIB gasto com juros



- Queda do investimento



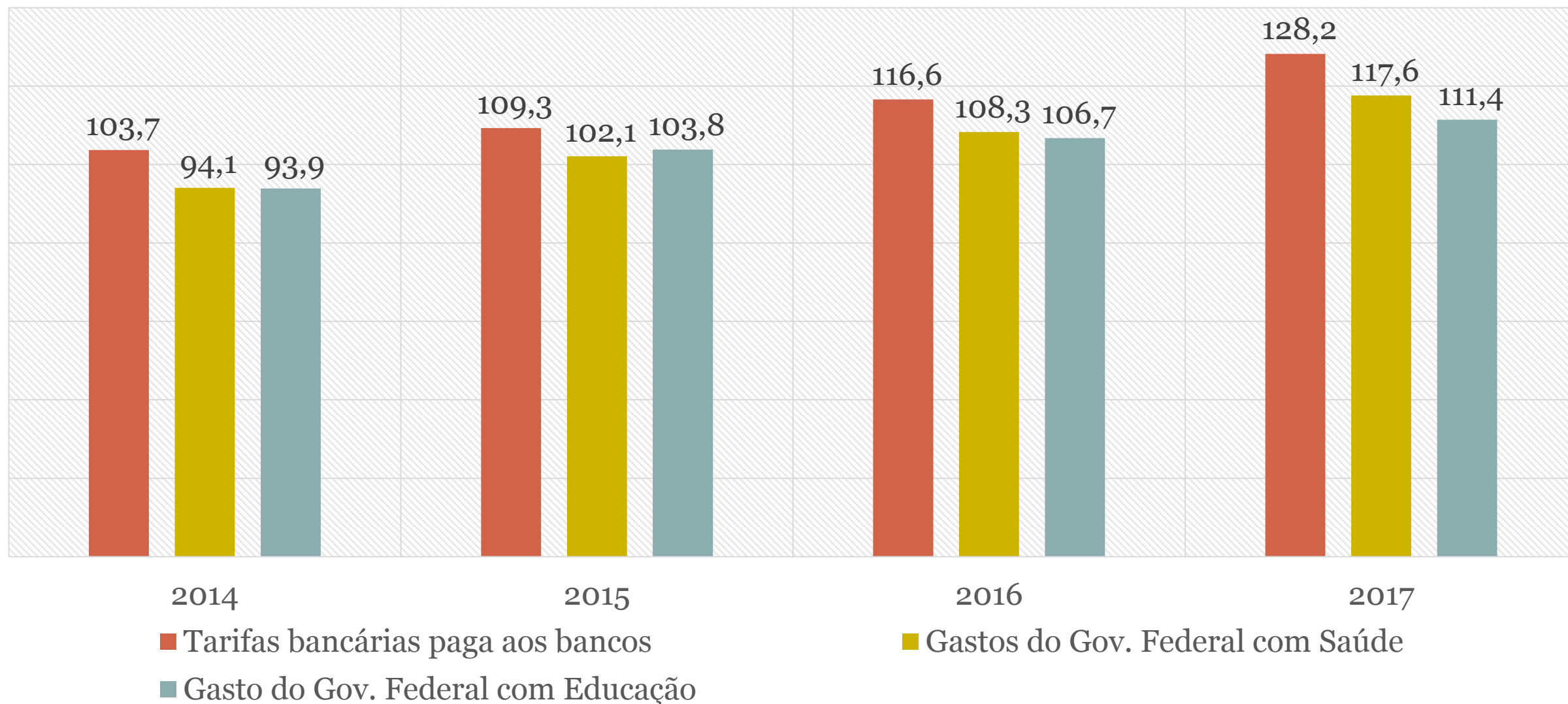
Dívida Pública no Pós-Crise (em % do PIB)



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alemanha	72,5	81,0	78,4	79,7	77,4	74,9	71,0	68,2	65,9
Brasil	64,9	63,0	61,2	62,3	60,4	63,3	73,7	76,3	80,5
Espanha	52,7	60,1	69,5	85,4	93,7	99,3	99,0	99,0	98,5
Estados Unidos	86,0	94,7	99,0	102,5	104,8	105,0	105,8	107,5	107,5
França	78,8	81,5	85,0	89,4	92,3	95,6	96,8	98,2	98,8
Grécia	126,2	145,8	171,6	159,0	176,9	178,4	178,4	n / D	n / D
Irlanda	61,8	86,8	109,3	120,2	120,0	107,5	95,2	88,6	84,6
Itália	112,5	115,4	116,5	123,3	128,9	132,5	132,6	133,0	131,7
Japão	210,2	215,8	231,6	238,0	244,5	249,1	248,1	249,3	250,9
Portugal	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,2	128,8	127,9	127,3
Reino Unido	65,7	76,6	81,8	85,3	86,2	88,2	89,3	89,1	87,9
Euro Área (15 Países)	78,4	83,8	86,1	89,5	91,4	91,9	90,0	89,0	87,4

Fonte: BCB FMI

Tarifas bancárias, gasto do governo federal com saúde e educação – 2014 a 2017 – valores correntes – (em bilhões R\$)



EC 95

POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

Posicionamento da sociedade civil/centrais sindicais

- ✓ Desde o início, quando ainda era um Projeto (PEC 241), grande parte das Universidades Federais e escolas públicas se posicionaram contrárias, inclusive entrando em greve;
- ✓ A maior parte das centrais se colocou de forma contrária , porém com ações distintas de combate;
- ✓ Além de greves, houve várias manifestações contra o Projeto, com destaque para a Frente Sem Medo e Frente Brasil Popular, que foram os principais atores nas manifestações pós-impeachment;

Posicionamento da sociedade civil/centrais sindicais

- ✓ Na votação em segundo turno na Câmara dos Deputados, foi entregue ao presidente, Rodrigo Maia (DEM/RJ), um documento com mais de 320 mil assinaturas contrárias a PEC;
- ✓ Pesquisa realizada pelo Datafolha, em dezembro de 2016, mostrou que 62% da população acreditava que a PEC traria mais prejuízos que benefícios;
- ✓ Outro instituto de pesquisa, o Vox Populi, apurou à época que 70% dos brasileiros eram contrários ao congelamento de gastos (13/10/2016).

EC 95

PREMISSAS QUE NÃO SE SUSTENTAM

Premissas que não se sustentam

✓ Dilema do papel do Estado: diante de um limite orçamentário de longo prazo terá que escolher quais serviços serão prestado e a quem serão destinados. Em um país tão desigual como o Brasil o Estado é fundamental em ações de políticas sociais como educação e Seguridade Social;

✓ Como retomar um projeto de desenvolvimento, passando pela retomada do crescimento, investimento, melhoria da distribuição de renda, dos salários oriundo do trabalho, de políticas anticíclicas etc, se as soluções passarão a ter como ator principal o mercado, limitando, portanto, o papel do Estado de propulsor de um projeto para a Nação;

Premissas que não se sustentam

✓ Fazer Política Fiscal Contracionista em períodos de baixo crescimento é um grave erro. Não é “congelando” gastos em saúde, educação, infraestrutura que se vai equacionar o problema da dívida, como afirma o governo e boa parte da mídia. Lembrando que enquanto o gasto social não aumenta, cresce a população, a renda e suas demandas por bens e serviços. Isso implica em redução do gasto público *per capita* em relação ao PIB;

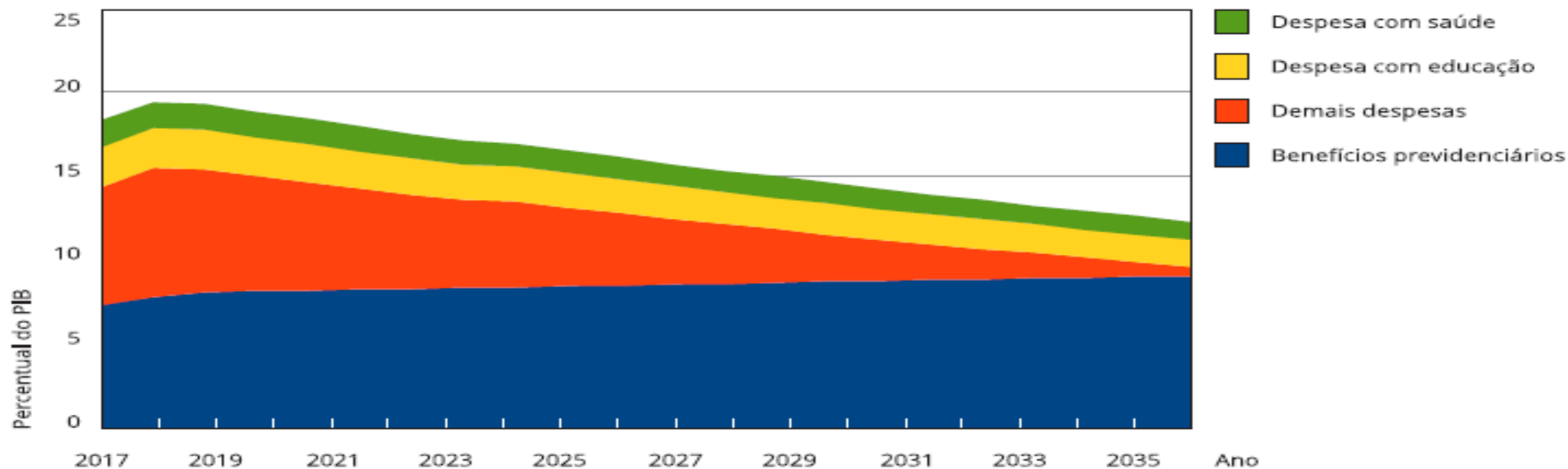
✓ Já tivemos exemplos concretos de políticas anticíclicas. Políticas de estímulo ao mercado interno, com expansão dos investimentos públicos em infraestrutura e em serviços públicos como saúde e educação. Para Rossi e Dweck (2018), “*em conjunto, essas medidas contribuíram para acelerar o crescimento econômico, formalizar o mercado de trabalho e fortalecer um modelo de desenvolvimento puxado pela demanda interna reduzindo desigualdades sociais e regionais.*”

Círculo vicioso da Austeridade



Fonte: Austeridade e Retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil. Brasil debate e Fundação Friedrich Ebert, agosto de 2018

Efeitos da EC 95/2016 na Educação , saúde e outras despesas – 2017 a 2036



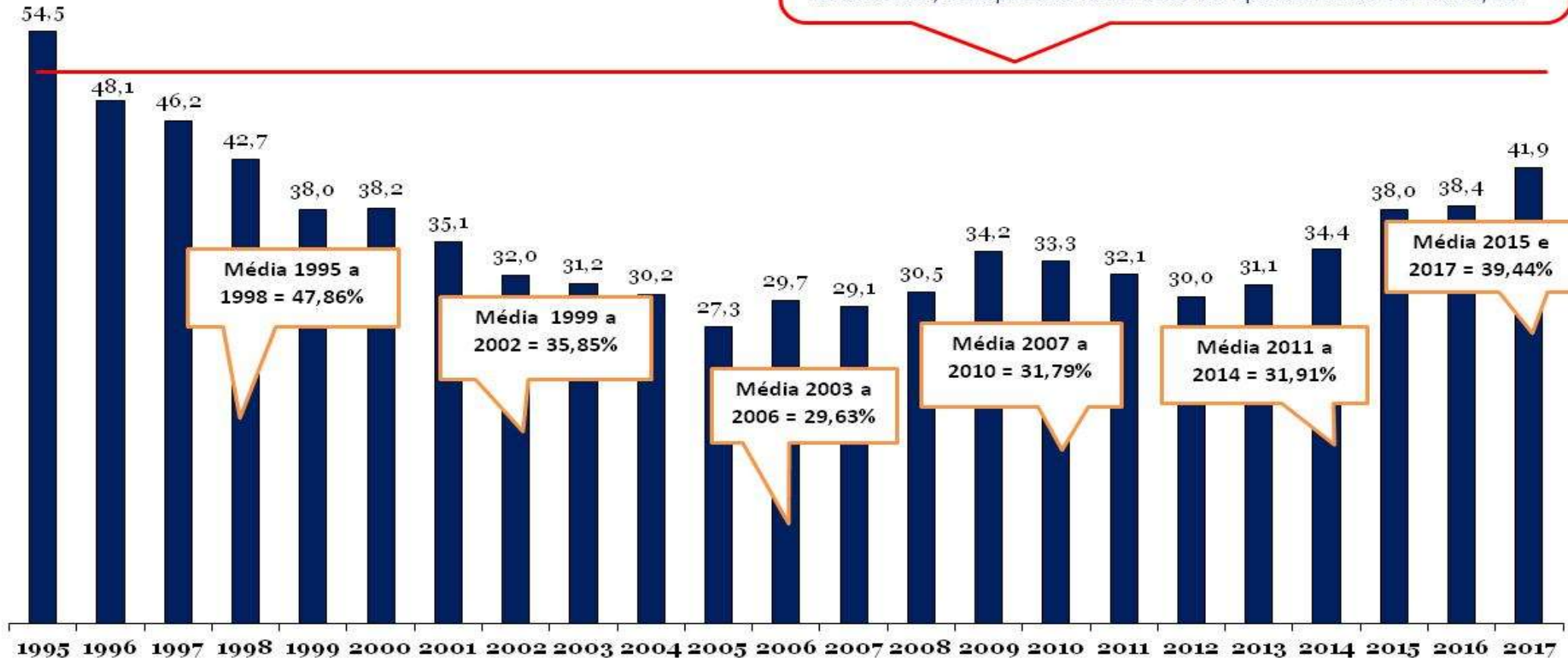
Fonte: documento *Austeridade e Retrocesso: Análise das Finanças Públicas e da Política Fiscal no Brasil* ³.

* A simulação considera um cenário bastante otimista de retomada do crescimento econômico a 2,5% ao ano a partir de 2018, ainda que inferior à média de crescimento do PIB dos últimos 20 anos, próxima de 3%. Além disso, a simulação considera uma evolução conservadora para o gasto com benefícios previdenciários.

Mesmo as despesas com pessoal, que ainda estão dentro dos limites da LRF, poderão ser revistas

Relação entre Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida da União¹ (em %) - 1995 a 2017

A LRF estabelece um limite de 50% para a relação Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL). O percentual, ao longo dos anos, tem ficado bem abaixo do limite, como ilustra o Gráfico. No entanto, será preciso rever esse comportamento com a EC/95.



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais do MP. Elaboração: DIEESE

1- Inclui o Poder Executivo Federal (Administração direta e Administração Indireta: Autarquias, BACEN, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista), MPU, FCDF, MILITARES e os Poderes Legislativo e Judiciário.

Conjuntura em desarmonia com a atual política de Austeridade

Extrema pobreza

População vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (US\$ 1,90)

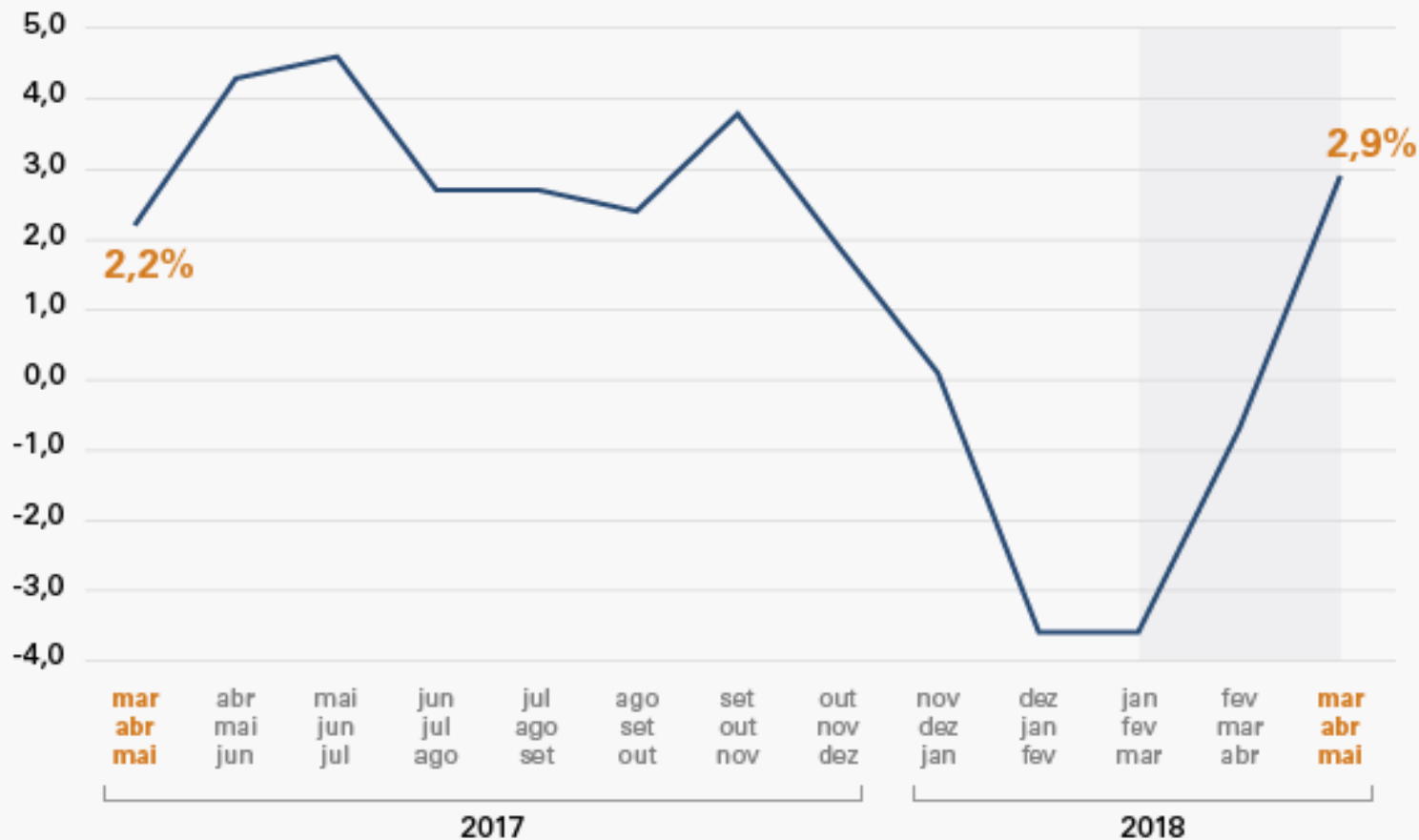
■ Em milhões de pessoas



Fonte: LCA/Pnad Continua

Segundo estudos da LCA, com base em microdados da PNADc, utilizando-se a linha de corte do Banco Mundial (US\$ 1,90 de renda domiciliar *per capita*/dia), houve **aumento de 1,5 milhão de pessoas em extrema pobreza entre 2016 e 2017**, além do aumento da desigualdade de renda.

PNAD-C | Variação do contingente de empregados sem carteira assinada Trimestre/trimestre anterior

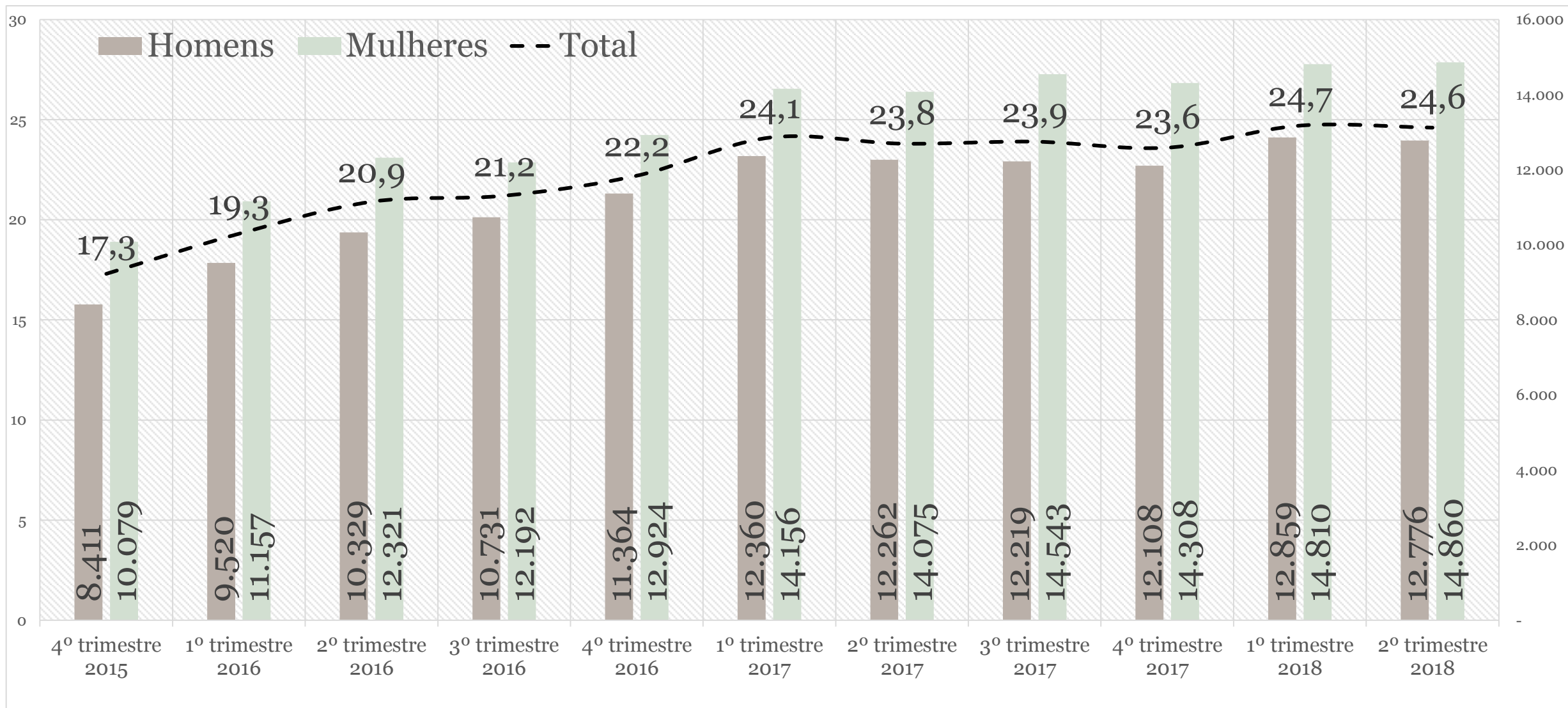


Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, DPE

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

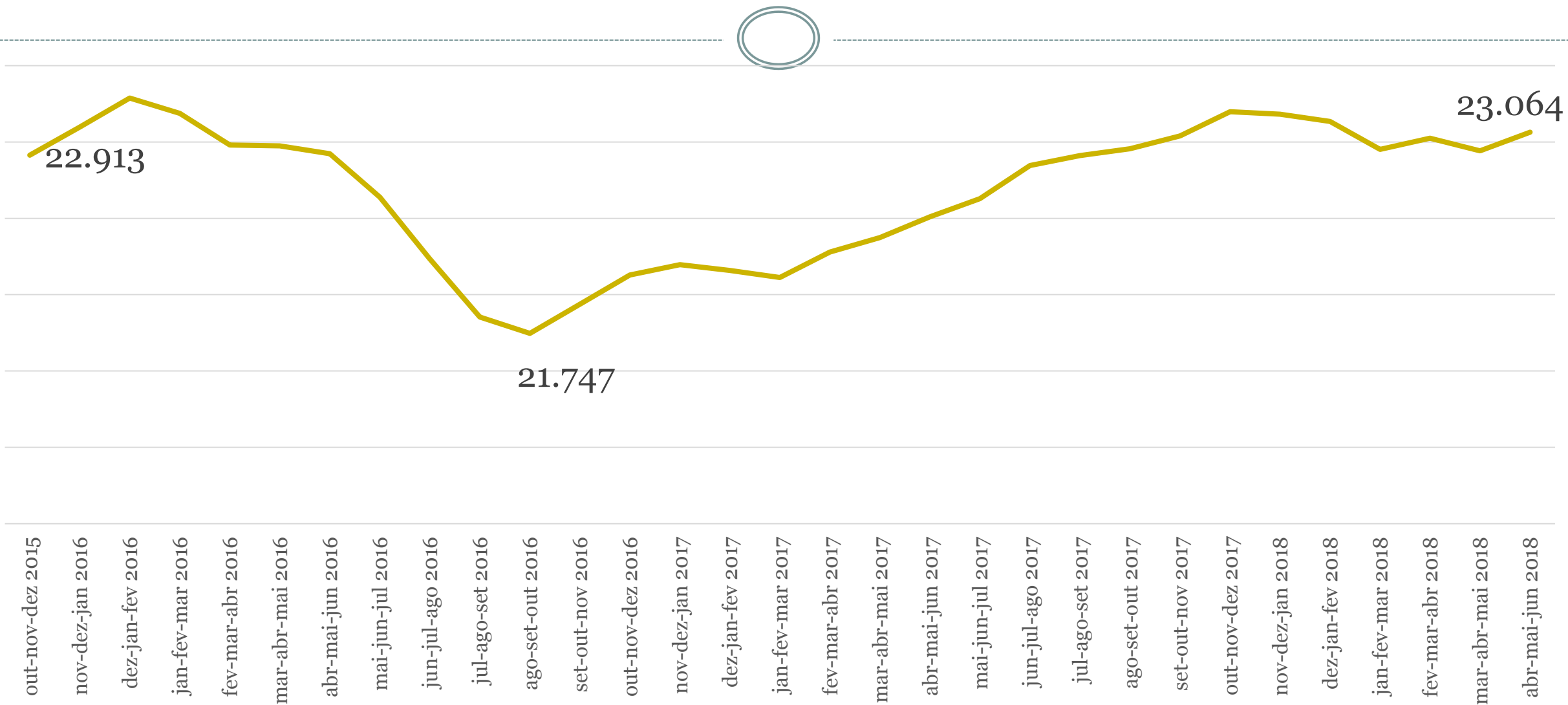
No lugar do emprego formal, o mercado de trabalho vem gerando ocupações informais, de baixa remuneração, desproteção social e ganhos instáveis. A atual política de Austeridade trabalha na contramão da resolução desse problema, pois não dispõe de mecanismos para ativar a economia.

Taxa composta de subutilização da força de trabalho e pessoas de 14 anos ou mais de idade desocupadas ou subocupadas, por sexo – Brasil – 2015 a 2018



Trabalhador por Conta Própria cresce na crise

(Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência - Mil pessoas)



EC 95

REFLEXÕES

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EC 95

- ✓ Trata-se de uma “reforma” do Estado. Gradativamente, transferirá muitas das conquistas constitucionais para a iniciativa privada;
- ✓ Reduzirá o papel do Estado enquanto indutor do desenvolvimento;
- ✓ Não permitirá ampliação real da despesa, mesmo que o cenário de crise seja superado e haja uma recuperação das contas públicas;
- ✓ O teto para os gastos públicos não acompanhará a expansão da demanda por serviços públicos, nem questões envolvendo a demografia (aumento da população e envelhecimento);
- ✓ Para que o montante total das despesas primárias se acomode dentro do limite imposto, haverá uma concorrência por orçamento entre as diversas áreas;

- ✓ a EC 95 vai na contramão internacional de revisão das políticas de austeridade fiscal dos governos, vistas como uma causa importante da estagnação das economias a partir da crise mundial de 2008/2009;
- ✓ Foco do projeto apenas nas despesas primárias, desconsiderando as despesas financeiras;
- ✓ Poderá haver mudanças na maior política redistributivas do país que é a política de valorização do salário mínimo, implicando até na desvinculação do piso da previdência (ponto já almejado pelo governo na tentativa de Reforma da Previdência);
- ✓ Política de Austeridade com olhar somente no lado das despesas (Gasto público) é uma visão “miope” da atual situação. Muito dos problemas se relacionam com o lado da receita, como, por exemplo, nosso sistema tributário regressivo;
- ✓ Políticas fiscal e monetária precisam de um debate amplo e crítico, tendo como objetivo a adoção de um conjunto adequado de medidas econômicas para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Não podem/devem ser usadas em desacordo com um projeto de Nação.

Obrigado!



DIĒESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS